



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CARIA

Relatório
e
Contas
2016



Relatório da Direcção

Reunida a Direcção do Centro Assistência Paroquial de Caria, procedeu-se à análise das contas referentes ao exercício findo.

É da nossa responsabilidade a apresentação das demonstrações financeiras e que estas apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição e o resultado das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para este tipo de entidades, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

O relatório da direcção e planos de actividade é apresentado em documento autónomo.

As contas que apresentamos neste documento foram elaboradas pelo Contabilista Certificado, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Instituição.

De referir:

1. Factores relevantes ocorridos após o termo do exercício

Após o termo do exercício não existiram factos dignos de relato.

2. Proposta de aplicação de resultados

A Direcção propõe ao Conselho Geral que os resultados líquidos no montante de € 9.127,02 sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

3. Dívidas ao Estado

A Instituição não tem dívidas em mora para com a Segurança Social, nem para com as Finanças.

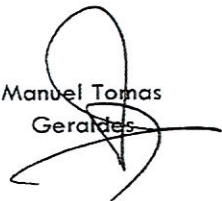





4. Agradecimentos

Gostaríamos ainda de deixar uma palavra de agradecimento a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras, que em 2016 contribuíram para o desempenho e desenvolvimento da Instituição.

Covilhã, 29 de Março de 2017

A Direcção,

Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
 Manuel Tomas Geraldes	 José Manuel Monteiro Alves	 Vitor Manuel Mendes Alves	 Jorge Manuel Porfírio Gomes



Introdução

Prestar contas é o acto de relatar aos interessados, directos e indirectos, a actividade da Instituição no decurso de um ano. Trata-se de uma obrigação legal através da qual se avalia e justifica o dia-a-dia da Instituição, desde a materialização dos objectivos traçados, até à justificação da execução financeira referente ao ano em relato.

Naturalmente que, em períodos de crise, as dificuldades, independentemente da sua dimensão, tendem a avolumar-se e, de certa maneira, acabam por limitar ou condicionar as linhas orientadoras inicialmente traçadas.

A especificidade da actividade deste tipo de entidades, muito exposta a financiamento públicos, limita particularmente a sua acção, mas, por outro lado, obriga a uma responsabilidade acrescida na hora de prestar contas, pois trata-se de gerir dinheiros públicos.

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade.

O objectivo das demonstrações financeiras de finalidades gerais é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões.

As demonstrações financeiras também mostram os resultados da condução por parte da direcção dos recursos a ela confiados. Para satisfazer este objectivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação da entidade acerca do seguinte:

- a) Activos;
- b) Passivos;
- c) Fundos patrimoniais;
- d) Rendimentos (réditos e ganhos);
- e) Gastos (gastos e perdas);
- f) Outras alterações nos fundos patrimoniais; e
- g) Fluxos de caixa.

Esta informação, juntamente com outra incluída nas notas do anexo, ajuda os utentes das demonstrações financeiras a prever os futuros fluxos de caixa da entidade e, em particular, a sua tempestividade e certeza.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

- a) Um balanço;
- b) Uma demonstração dos resultados;
- c) Uma demonstração dos fluxos de caixa; e



- d) Um anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adoptadas e outras divulgações exigidas pela NCRF-ESNL.

Na nossa perspectiva, as demonstrações financeiras, além de uma obrigação legal, são também uma peça fundamental de suporte ao relatório da direcção.

Neste sentido, elaborou-se o presente documento que deixamos aqui para vossa análise e discussão.



(José Damasceno - CC 1589)



[Handwritten signatures and initials]

BALANÇO EM 31/12/2016

Rúbricas	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.3/4	25 027,41	17 456,25
Investimentos financeiros	3.3/6	3 309,88	2 039,24
Sub-Total		28 337,29	19 495,49
Activo corrente			
Inventários	7	4 516,03	3 883,59
Creditos a receber	3.4/10.1	8 217,50	2 860,35
Estado e outros entes públicos	3.4/12.2	4 868,41	3 516,69
Outros activoss correntes	3.4/9.1	1 942,97	
Caixa e depósitos bancários	3.12/10.2	256 302,89	264 542,13
Sub-Total		275 847,80	274 802,76
Total do activo		304 185,09	294 298,25
Fundo Patrimoniais e passivo			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.3	38 507,20	38 507,20
Reservas	12.3	140 440,15	140 440,15
Resultados transitados	12.3	-25 564,52	-62 680,55
Sub-Total		153 382,83	116 266,80
Resultado liquido do período	12.3	9 127,02	37 116,03
Total do fundo social		162 509,85	153 382,83
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	3.4/10.1	22 246,34	19 479,52
Estado e outros entes públicos	3.4/12.2	23 026,84	23 772,96
Outros passivos correntes	3.4/10.1	96 402,06	97 662,94
Total do passivo		141 675,24	140 915,42
Total do fundo social e do passivo		304 185,09	294 298,25



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e Gastos	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	8	494 193,09	492 768,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8/9	373 669,86	352 333,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-126 276,35	-119 733,38
Fornecimentos e serviços externos	12.4	-155 021,51	-143 788,21
Gastos com o pessoal	11	-573 130,82	-540 351,09
Outros rendimentos	8	1 408,74	546,91
Outros gastos	12.5	-650,53	-401,42
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 192,48	41 374,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-5 065,46	-4 258,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9 127,02	37 116,03
Juros e rendimentos similares obtidos			
Resultado antes de impostos		9 127,02	37 116,03
Resultado líquido do período		9 127,02	37 116,03

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Rendimentos e Gastos	Centro Dia	Apoio Domiciliário	Semi Apoio	LAR	Creche	Jardim	ATL	Periodos	
								31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	10 742,51	29 044,42	32 864,42	362 998,66	14 134,92	14 288,38	30 119,78	494 193,09	492 768,45
Custo das vendas e serviços prestados	37 552,86	65 131,15	48 707,08	351 644,19	79 249,27	68 226,12	39 742,71	690 253,40	650 369,06
Resultado Bruto	-26 810,35	-36 086,73	-15 842,66	11 354,47	-65 114,35	-53 937,74	-9 622,93	-196 060,31	-157 600,61
Outros rendimentos	19 043,21	90 315,66	2 991,73	108 820,68	76 813,47	55 413,84	21 680,01	375 078,60	352 880,25
ISS, IP - Centro Distrital	16 051,81	87 323,40		100 941,46	73 791,78	49 624,32	15 638,40	343 371,17	324 873,50
Outros	2 991,40	2 992,26	2 991,73	7 879,22	3 021,69	5 789,52	6 041,61	31 707,43	28 006,75
Gastos administrativos	10 994,41	13 014,63	12 642,38	103 565,34	11 038,10	10 199,10	7 786,77	169 240,74	157 762,19
Outros Gastos	76,57	76,57	76,57	417,30				647,01	397,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-18 838,12	41 137,73	-25 569,88	16 192,51	661,02	-8 723,00	4 270,31	9 130,54	37 119,82
Gastos de financiamento (líquidos)					1,17	1,17	1,18	3,52	3,79
Resultado antes de impostos	-18 838,12	41 137,73	-25 569,88	16 192,51	659,85	-8 724,17	4 269,13	9 127,02	37 116,03
Resultado líquido do período	-18 838,12	41 137,73	-25 569,88	16 192,51	659,85	-8 724,17	4 269,13	9 127,02	37 116,03

**Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2014 e 2015**

Descrição	Fundo patrimonial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2015	38 507,20	140 440,15	-162 968,67	98 595,41	114 574,09
Resultado exercício de 2014				-98 595,41	-98 595,41
Outras variações			100 288,12		100 288,12
Resultado exercício de 2015				37 133,06	37 133,06
Posição em 31 de Dezembro de 2015	38 507,20	140 440,15	-62 680,55	37 133,06	153 399,86

Demonstração das alterações do fundo patrimonial no período de 2015 e 2016

Descrição	Fundo patrimonial	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de Janeiro de 2016	38 507,20	140 440,15	-62 680,55	-9 261,63	107 005,17
Resultado exercício de 2015			37 116,03	9 261,63	46 377,66
Resultado exercício de 2016				9 127,02	9 127,02
Posição em 31 de Dezembro de 2016	38 507,20	140 440,15	-25 564,52	9 127,02	162 509,85



ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Centro Assistência Paroquial de Caria

1.2. Sede

Caria

6250-111 Caria

1.3. NIPC

501636633

1.4. Natureza da actividade

O Centro Assistência Paroquial de Caria é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, com objectivos de utilidade pública.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 18 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF-ESNL), aprovadas pelo DL 36 A/2011.

Os instrumentos legais do SNC-ESNL são os seguintes:

- Decreto-lei 36 A/2011, de 9 de março (Base para a apresentação das demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 105/2011, de 14 de março (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 106/2011, de 14 de março (Código de contas);
- Aviso n.º 6726 B/2011, de 14 de março (Norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo)
- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13 de Julho (SNC)

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.



3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do Centro de Assistência Paroquial de Caria, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.2. Rédito

- rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.
- rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

3.3. Activos fixos tangíveis / intangíveis

As taxas de depreciação utilizadas são as definidas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho, registado numa conta de activos intangíveis e valorizado pelo custo.

3.4. Dívidas de terceiros, fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas de terceiros, a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.5. Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" e "Diferimentos".

3.6. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

3.7. Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salário, subsídio de alimentação, diuturnidades, abono para falhas, subsídio de transporte subsídio de férias e de natal e fundo de garantia de compensação do trabalho.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido

3.8. Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.9. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas não foram efectuados juízos de valor nem estimativas, nem foram utilizados pressupostos capazes de afectar as quantias relatadas de activos e passivos, ou as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.10. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Centro de Assistência Paroquial de Caria.

3.11. Fluxos de caixa

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do Centro de Assistência Paroquial de Caria.

3.12. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	31-12-2016	31-12-2015	Observações
Caixa	11		24,64	Valores guardados em cofre para pequenas despesas
Depósitos à ordem	12	256 302,89	264 517,49	
Total		256 302,89	264 542,13	



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Rúbricas	Notas	31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		505 504,00	514 568,52
Recebimentos de subsídios, doações e legados á exploração		373 669,86	352 333,34
Pagamentos a fornecedores		-262 119,57	-236 724,56
Pagamentos ao pessoal		-468 233,23	-420 836,52
Caixa gerada pelas operações		148 821,06	209 340,78
Outros recebimentos / pagamentos		-148 179,67	-118 972,14
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		641,39	90 368,64
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-7 731,44	-4 839,35
Investimentos financeiros		-1 270,64	-1 365,54
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		121,45	486,15
Fluxos de caixa das actividades de investimentos (2)		-8 880,63	-5 718,74
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-8 239,24	84 649,90
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.6/10.2	264 542,13	179 892,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.6/10.2	256 302,89	264 542,13

**4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**

- a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.
- b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	31-12-2016
Edifícios e outras construções	178 802,81	11 883,61	190 686,42
Equipamento básico	77 884,69		77 884,69
Equipamento de transporte	76 004,09		76 004,09
Equipamento de Administrativo	3 717,13	753,01	4 470,14
Outros activos tangíveis	2 429,25		2 429,25
Activo tangível bruto	338 837,97	12 636,62	351 474,59
Depreciações acumuladas	321 381,72	5 065,46	326 447,18
Activo tangível líquido	17 456,25	17 702,08	25 027,41

5. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS:

Os activos fixos intangíveis deixaram de ter expressão no balanço conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2015	Adições	31-12-2016
Programas de Computador	947,10		947,10
Activo intangível bruto	947,10		947,10
Depreciações acumuladas	947,10		947,10
Activo intangível líquido			

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano de 2013 tornou-se obrigatória a constituição de um fundo de compensação do trabalho para os funcionários admitidos a partir de 01/10/2013, registado numa conta de investimentos financeiros e valorizado pelo custo.



Em 2015 foi constituído o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, que se destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das IPSS, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	3 038,48	1 767,84
FRSS	271,40	271,40
Investimentos Financeiros	3 309,88	2 039,24

7. INVENTÁRIOS

Apresenta-se no quadro seguinte a variação das existências consumidas:

Movimentos	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Saldo inicial	2 379,09	2 901,84	-18,01%
Compras	128 413,29	119 210,63	7,72%
Saldo final	4 516,03	2 379,09	89,82%
Gasto no exercício	126 276,35	119 733,38	5,46%

8. RENDIMENTOS (Rédito e Ganhos)

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período.

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Prestação de serviços	494 193,09	492 030,45	0,44%
Mensalidades / Matriculas	470 320,38	481 938,34	
Outras participações	23 872,71	10 092,11	
Subsídios à exploração	370 106,43	350 628,86	5,56%
Do estado e outros entes públicos	370 106,43	350 628,86	
Doações e Heranças	3 563,43	1 704,48	109,06%
Doações	3 563,43	1 704,48	
Outros rendimentos	1 287,29	60,76	2018,65%
Outros	1 287,29	60,76	
Juros e Rendimentos Similares	121,45	486,15	-75,02%
Juros Obtidos	121,45	486,15	
Total	869 271,69	844 910,70	2,88%



9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A contabilização dos subsídios à exploração é feita da seguinte forma:

- Os subsídios são contabilizados de acordo com o período a que o gasto corresponde
- No caso dos subsídios recebidos da segurança social são registados mensalmente de acordo com a sua atribuição. Em relação aos subsídios atribuídos pelo IEPF são registados de acordo com o valor dos gastos incorridos no período.
- Os subsídios e doações foram os constantes do quadro seguinte:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Subsídios, doações e legados à exploração		
ISS, IP - Segurança Social	343 371,17	324 873,50
Autarquias	17 478,18	16 978,74
IEFP	9 257,08	8 776,62
Doações	3 563,43	1 704,48
Total	373 669,86	352 333,34

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

10.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Activos		
Clientes e utentes	8 217,50	2 860,35
Estado e outros entes públicos	4 868,41	3 516,69
Total do activo	15 028,88	6 377,04
Passivo		
Fornecedores	22 246,34	19 479,52
Estado e outros entes públicos	23 026,84	23 772,96
Outras passivos correntes	96 402,06	97 662,94
Total do passivo	141 675,24	140 915,42



10.2. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa		24,64
Depósitos à ordem	256 302,89	264 517,49
Total	256 302,89	264 542,13

11. Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31-12-2016	31-12-2015	Varição
Remunerações do pessoal	460 923,75	436 990,84	5,48%
Encargos sobre remunerações	100 807,15	94 485,81	6,69%
Seguros acidentes trabalho	2 474,58	2 253,87	9,79%
Outros gastos com o pessoal	8 925,34	6 620,57	34,81%
Total	573 130,82	540 351,09	6,07%
N.º Medio Funcionarios	62	51	21,57%

12. Outras informações

12.1. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

**12.2. Estado e outros entes públicos**

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Estado e outros entes públicos		
Activos		
Imposto sobre o rendimento	30,37	121,54
Imposto sobre o valor acrescentado	4 838,04	3 395,15
Total	4 868,41	3 516,69
Estado e outros entes públicos		
Passivos		
Retenção impostos sobre o rendimento	1 525,50	3 291,50
Contribuições para a segurança social	20 714,09	20 379,82
Imposto sobre o valor acrescentado	665,80	
FCT/FGCT	121,45	101,64
Total	23 026,84	23 772,96

12.3. Fundo patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fundo patrimonial apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Fundo Patrimonial	38 507,20	38 507,20
Reservas	140 440,15	140 440,15
Resultados transitados	-25 564,52	-62 680,55
Resultado líquido do período	9 127,02	37 116,03
Total	162 509,85	153 382,83



12.4. Fornecimentos e serviços externos



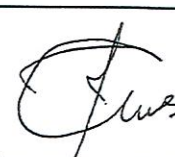


Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Variação
Fornecimentos e serviços externos			
Trabalhos especializados	14 835,62	9 635,57	53,97%
Vigilância e Segurança	294,35		-
Honorários	27 311,00	29 613,08	-7,77%
Comissões		67,60	-
Conservação e reparação	8 980,40	15 572,49	-42,33%
Serviços bancários	10,40		-
Outros Serviços	59,56	46,98	26,78%
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	6 819,08	4 859,36	40,33%
Material escritório	1 999,07	1 574,13	27,00%
Material didático	520,47	563,31	-7,61%
Outros Materiais	147,60	235,66	-37,37%
Eletricidade	8 121,47	7 985,13	1,71%
Combustíveis	3 122,63	3 413,69	-8,53%
Água	1 473,40	367,02	301,45%
Gás	21 797,21	19 129,88	13,94%
Gás/óleo Aquecimento	18 623,70	15 316,80	21,59%
Deslocações e estadas	82,21	148,46	-44,62%
Rendas e alugueres	705,16	669,84	5,27%
Comunicação	2 219,51	2 000,26	10,96%
Seguros	2 697,38	2 477,20	8,89%
Limpeza, higiene e conforto	28 113,81	28 130,64	-0,06%
Outros Serviços	7 087,48	1 981,11	257,75%
Total	155 021,51	143 788,21	7,81%

**12.5. Outros gastos e perdas**

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros gastos e perdas apresentava a seguinte decomposição:

Rúbricas	31-12-2016	31-12-2015	Variação
Outros gastos			
Impostos	64,00	397,63	-83,90%
Outros	583,01	-	-
Total	647,01	397,63	62,72%

CC n.º 1589	Presidente	Vice Presidente	Secretário	Tesoureiro
 José Damasceno	 Manuel Tomas Geraldes	 José Manuel Monteiro Alves	 Vítor Manuel Mendes Alves	 Jorge Manuel Porfírio Gomes

Covilhã, 29 de Março de 2017



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 26º dos Estatutos e no cumprimentos do mandato que nos foi conferido, vem o Conselho Fiscal do Centro de Assistência Paroquial de Caria, submeter à Vossa apreciação o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016.

Ao longo do período em apreço, acompanhámos a actividade da Instituição. Da análise dos elementos contabilísticos da Instituição, de informações recebidas da área institucional e das reuniões com a vogal da Direcção mandatada para o efeito, constatámos o bom cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Somos de parecer que o Relatório e Contas da Direcção respeitante ao exercício findo e as demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Centro de Assistência Paroquial de Caria em 31 de Dezembro de 2016.

Assim e após a análise de todas as peças, com que concordamos, propõe o Conselho Fiscal:

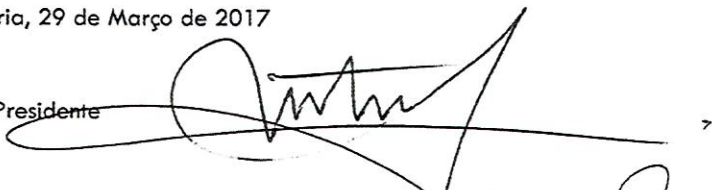
1. Que seja aprovado o Relatório e as Contas do Centro de Assistência Paroquial de Caria, referentes ao exercício de 2016.
2. Que se manifeste o reconhecimento a todos os colaboradores que contribuíram para o progresso da Instituição.
3. Concordar com a proposta apresentada pela Direcção no sentido de proceder à transferência das Reservas escrituradas em conta própria, para a conta de Resultados Transitados no sentido de cobrir prejuízos anteriores.

Caria, 29 de Março de 2017

O Presidente

O Secretário

O Vogal


António José Silveira Pinheiro
Maria Adelaide Matos Fernandes